

**Folha de S. Paulo**

**1/6/1984**

### **Posição do PMDB é vista como capitulação**

Rubem de Azevedo Lima

Repórter da Sucursal de Brasília

A definição dos pontos considerados inegociáveis, pelo PMDB, na reforma constitucional proposta pelo governo ao Congresso, foi interpretada, ontem, como sinal de capitulação do principal partido oposicionista, ante a impossibilidade de restabelecimento imediato das eleições diretas.

"As oposições — conforme comentou, informalmente, o senador Murilo Badaró, do PDS de Minas — não tinham outra saída e aceitaram o caminho da negociação".

Na véspera, durante reunião da qual participaram, entre outros políticos, os presidentes do PMDB e do PDS, respectivamente deputado Ulisses Guimarães (SP) e senador José Sarney (MA), o dirigente peemedebista — segundo se propalava — após ressaltar o compromisso partidário em torno das diretas, havia considerado inegociáveis por seu partido a convocação de uma Assembléia Constituinte em 1986, a não-reeleição do sucessor do presidente Figueiredo e a elaboração para o Colégio Eleitoral.

Apesar da ressalva de Ulisses, quanto ao compromisso relativo às diretas, o fato de o presidente peemedebista haver colocado a questão do funcionamento do Colégio Eleitoral significa, no entender de setores da oposição, que se admite, previamente, o malogro da campanha de mobilização popular em favor das diretas. Tal convicção, de resto, ganhava maior substância porque, no encontro de Ulisses com Sarney, havia ficado estabelecida, em princípio, a data de 27 de junho para a votação do pacote de reformas do governo.

Desse modo, segundo reclamações de parlamentares do grupo "só diretas" (que não admite a participação oposicionista no Colégio Eleitoral) e do Partido dos Trabalhadores, o período durante o qual se faria a mobilização pela volta às eleições diretas seria inferior a um mês. O líder do PT, deputado Aírton Soares, e os "só diretas" entendem que o pacote de reformas constitucionais do governo deve ser votado apenas no mês de agosto, justamente para que a última tentativa de mobilização popular surta o efeito.

Na opinião de numerosos políticos chegados à realidade governamental ou que acompanham a luta interna pela sucessão presidencial, o acerto havido sobre a data da votação da emenda Leirão foi ditado, em parte — como assinalou Badaró — pela inexistência de outras alternativas para a oposição, mas também pelo receio de que possa acontecer, na hipótese de falta de quorum à aprovação das reformas em causa. Tais receios se devem de um lado, aos crescentes rumores de prorrogação de mandato ao sucessor do atual Presidente.

De um militar relacionado estreitamente com o governo, vários políticos ouviram, alarmados, um desabafo assustador: "Se as regras do jogo forem mantidas, o futuro presidente será o Sr. Paulo Maluf. Nesse caso, serão necessários dois golpes: um, para lhe dar posse, outro, para tirá-lo do poder, se o primeiro der certo".

A mesma opinião sobre o desfecho provável da luta sucessória, no âmbito do PDS — a vitória de Maluf — caso as regras do jogo não mudem, também é sustentada informalmente pelo deputado Magalhães Pinto (PDS-MG), que, ressalva, contudo, não fazer nenhuma restrição, pessoal ao ex-governador paulista.

Quanto aos malufistas, a tendência visível do grupo é de não apoiar os tópicos defendidos pelo PMDB e muitos deles vão além, achando que devem também "fazer corpo mole em relação ao próprio pacote de reformas do governo".

Embora cautelosos, quanto à perspectiva de impasse, os partidários de Maluf estão convencidos de que o presidente Figueiredo acatará o que for deliberado sobre essa emenda.

Sobre a possibilidade de efetivação de um acordo entre o PDS e o PMDB, para aprovação dessa emenda, os malufistas ainda continuam céticos, de modo geral. Nessa área, assinalou-se, por exemplo, entre os tópicos mais ou menos aceitos pelas cúpulas das duas agremiações, o fato de que se considerou razoável a convocação de uma Constituinte em 1986. Portanto, ultrapassou-se, nesse particular, o limite temporal do governo do presidente Figueiredo, o que pode espedaçar sensibilidades e gerar reações da parte do Executivo.

Durante o encontro dos dirigentes pedessistas e peemedebistas, falou-se na possibilidade de implantação do parlamentarismo, mas se concordou quanto ao fato de que tal saída deve ser reservada para a hipótese de agravamento da crise institucional brasileira. Estes e outros assuntos voltarão a ser debatidos por Ulisses e Sarney na próxima semana.

No encontro da véspera, os homens do PMDB manifestaram a preocupação de que se sentem possuídos, ante a perspectiva de uma explosão social no País gerada por nossa crise econômica. Esse assunto aliás, continuou a ser debatido em diversas áreas e muitos políticos que estranhavam a amplitude inoportuna da proposta de emenda constitucional do governo — capaz de inviabilizá-la, do ponto de vista prático — não disfarçavam a preocupação de que se pretendesse utilizar a situação atual com apelos ao populismo, a partir do rompimento de relações do Brasil com o FMI.

O episódio recente de Guariba, no Interior de São Paulo, quando milhares de bóias-frias, desesperados pelas dificuldades de vida, assaltaram e destruíram armazéns, estava sendo examinado pelo setor de segurança e informação do governo. A propósito, informou um vice-líder do PDS que as "áreas próprias do Executivo tinham ficado impressionadas com a velocidade informativa de uma rede de televisão, que transmitira, ao vivo, as cenas de violência de Guariba".

Diante dessa inconfidência, políticos mais experimentados do PDS davam a entender que podemos estar no limiar de uma campanha de denúncias de atos de subversão, com objetivos políticos que, afinal, se ajustam, como em 1937, aos interesses continuístas do regime.

**(Página 5)**